



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas

DRAP Norte
Direcção Regional
de Agricultura e Pescas
do Norte

TRABALHO TÉCNICO

Reestruturar a Vinha na Região Demarcada do Douro

Autor: Carlos Pereira

Reestruturar a vinha na Região Demarcada do Douro

Carlos Pereira

Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro / Núcleo de Vitivinicultura

Este trabalho pretende dotar os viticultores da Região Demarcada do Douro de algumas informações necessárias ao êxito das operações de reestruturação da vinha, quer na vertente do controlo do potencial vitícola, quer na vertente das denominações de origem Porto e Douro e da Indicação Geográfica Duriense, quer ainda na vertente ambiental e de salvaguarda da paisagem classificada do Alto Douro Vinhateiro.

A Região Demarcada do Douro (RDD) é hoje reconhecida como a mais antiga Região Demarcada e Regulamentada do Mundo, remontando a sua criação a 10 de Setembro de 1756.

Nesta Região produz-se o mundialmente conhecido Vinho do Porto e vinhos com Denominação de Origem (DO) Douro em crescente afirmação, conquistando hoje os mercados mais exigentes.

A RDD situa-se na bacia hidrográfica do Douro, rodeada de montanhas, estendendo-se por uma área total de 250 000 ha, dos quais cerca de 45 000 ha são hoje ocupados com vinha.

Os solos são predominantemente Antrossolos (onde a acção do homem foi muito marcada através de arroteamentos ou terraceamentos, com desagregação da rocha mãe), nos terrenos ocupados com vinha e Leptossolos (onde a rocha mãe se encontra a menos de 30 cm da superfície), sobretudo nos terrenos não ocupados com vinha.

O clima da Região é caracterizado por Invernos frios e chuvosos e Verões quentes e secos. Nos meses chuvosos registam-se precipitações médias mensais elevadas na parte mais ocidental da Região (204,3 mm em Fontes-Santa Marta de Penaguião), podendo por vezes provocar forte erosão, sobretudo nas vinhas reestruturadas recentemente. A precipitação média anual varia entre 1200 mm (Fontes-Santa Marta de Penaguião) e 380 mm (Barca Dálva-Figueira de Castelo Rodrigo), diminuindo ao longo da Região de Oeste para Este.

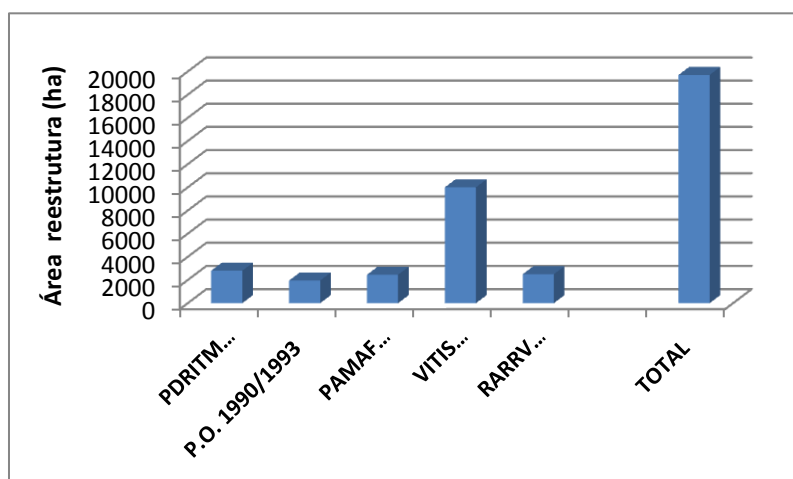
A viticultura da Região Demarcada do Douro é uma vitivinicultura de encosta, caracterizada por elevados custos de instalação e de produção, pela grande necessidade de mão-de-obra e ainda pela forte penosidade do trabalho. Cerca de metade da área de vinha da RDD tem mais de 30 anos, não é mecanizada, tem as castas misturadas e tem falta de acessos, pelo que urge reestruturar.

Na década de sessenta do século passado o Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro iniciou esforços na Região no sentido de mecanizar a cultura da vinha, ensaiando soluções em prática noutros países, construindo patamares, vinhas “ao alto”, etc., em paralelo com o estudo das castas e dos porta-enxertos.

Mais tarde, na década de oitenta, foi o tempo de colocar em prática os saberes adquiridos através do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes,

que financiou a instalação de cerca de 2000 ha de novas vinhas em patamares e vinhas “ao alto”, nos melhores locais para a produção de vinho do Porto, com as melhores castas entretanto estudadas.

Com a adesão à Comunidade Económica Europeia, agora União Europeia, passou a ser possível recorrer aos sucessivos Programas de Apoio à reestruturação da vinha - Reg. (CEE) 2239/86, Programa Operacional de Reestruturação da vinha, PAMAF-Melhoria das Estruturas vitivinícolas e Regime de Apoio à Reestruturação e Reconversão da vinha- Organização Comum do Mercado Vitivinícola.



A reestruturação das vinhas é urgente e necessária mas é também um processo complexo que envolve conhecimentos técnicos e procedimentos administrativos que os viticultores devem acautelar, sob pena de os resultados da reestruturação das vinhas não ser o esperado, com consequentes perdas associadas.

A actual [Organização Comum do mercado vitivinícola](#) e o seu [Regulamento de execução](#) instituíram um [Regime de Apoio à Reestruturação e Reconversão da vinha](#) que atribui ajudas à instalação da vinha, a acções complementares de melhoria das infra-estruturas fundiárias, bem como uma compensação pela perda de receita. Os viticultores poderão obter informações sobre as candidaturas junto da DRAPN.

Pretende-se assim apontar alguns dos aspectos indispensáveis ao sucesso das iniciativas de reestruturação de vinhas na Região Demarcada do Douro.

Aspectos técnicos:

O Sistema de instalação da vinha

As vinhas tradicionais da RDD podem ser do tipo pré-filoxérico, socalcos estreitos com muros em pedra posta de xisto geralmente com uma ou duas linhas de videiras, ou do tipo pós-filoxérico, com plantação segundo as curvas de nível em plataformas inclinadas suportadas com muros em pedra posta de xisto construídos para atenuar o declive da encosta e arrumar a pedra proveniente da surribo.

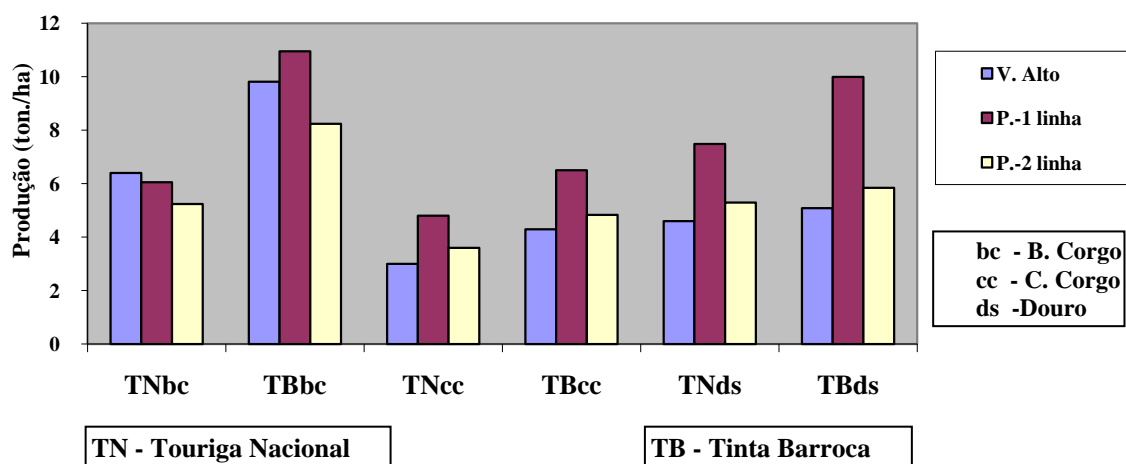


Vinha do tipo pré-filoxérico



Vinha do tipo pós-filoxérico

As novas vinhas, visando a mecanização e a diminuição da penosidade do trabalho, bem como a redução dos custos de produção, foram sendo instaladas em patamares de uma ou duas linhas de videiras e vinhas “ao alto”, soluções técnicas encontradas e aperfeiçoadas ao longo de várias décadas e após estudos comparativos, que mostraram as vantagens dos patamares estreitos de uma linha de videiras, principalmente nos locais mais quentes e secos.



Produção média por Sub-Região e Sistema de instalação, sem diferenças significativas ao nível da quantidade dos vinhos (Félix, R., 1998)



Patamares de duas linhas (P-2 linha)



Patamares estreitos de uma linha (P-1 linha)



Vinha “ao alto” (V. Alto)

Mais recentemente, com a preocupação de ultrapassar algumas limitações associadas aos patamares de duas linhas de videiras, sobretudo relativamente ao tratamento dos taludes e ao seu impacto paisagístico, foram encontradas novas soluções como a construção de patamares estreitos de uma linha de videiras construídos entre muros e os micro-patamares adaptados a pequenas máquinas e equipamentos, utilizados nas parcelas em socalcos e nos terrenos mais inclinados.



Micro-patamares entre muros



A escolha do sistema de instalação é portanto um dos principais aspectos a ponderar nas iniciativas de reestruturação da vinha. O sistema a adoptar deverá estar adaptado á inclinação do terreno (diminuindo a largura dos patamares para terrenos mais inclinados), aos riscos de erosão (assegurando um sistema de drenagem superficial eficaz), á dimensão e forma da parcela, bem como às máquinas e equipamentos a utilizar.

O material vegetativo

A RDD possui um riquíssimo património de castas de videira, que urge preservar, encontrando-se em cultivo mais de cem castas diferentes.

Nas vinhas tradicionais as castas encontram-se frequentemente misturadas, não permitindo aproveitar ao máximo as suas potencialidades vitícolas e enológicas.

Nas últimas décadas têm sido instaladas novas vinhas com talhões de castas estremes, apostando num grupo mais restrito de cerca de vinte castas, onde predominam a Touriga Franca, a Tinta Roriz, a Touriga Nacional e a Tinta Barroca, nas tintas e a Malvasia Fina, o Rabigato, o Viosinho, a Siria e o Cerceal, nas brancas.

Mais recentemente, fruto das exigências do mercado e da crescente consciência do valor das castas autóctones e da necessidade da sua preservação, verifica-se um aumento da plantação de vinhas com castas ainda pouco conhecidas às quais os [estudos realizados](#), nomeadamente pelo Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro, têm vindo a dar visibilidade, como é o caso da Touriga Fêmea (conhecida na Região como Touriga Brasileira) e da Tinta Francisca, nas tintas e da Códrega do Larinho, nas castas brancas.

Acresce que, resultado da selecção clonal realizada nas últimas décadas, encontram-se disponíveis nos viveiristas materiais vegetativos melhorados das principais castas cultivadas, alguns deles certificados. Estes materiais têm também contribuído para o “renascer” de algumas castas autóctones, como por exemplo a Touriga Nacional.

Relativamente ao porta-enxerto era tradicionalmente utilizado o Monticula ou Rupestris du Lot. Nas últimas décadas, com os resultados dos ensaios realizados e com a disponibilização pelos viveiristas de materiais certificados, de um leque alargado de porta-enxertos, têm sido utilizados nas novas plantações os porta-enxertos que se julgam mais adaptados a uma viticultura moderna e mais competitiva, sendo os mais frequentes o R110 e o 1103P, sobretudo nos terrenos mais secos e pedregosos.

A escolha da(s) casta(s) e do porta-enxerto é portanto um dos parâmetros a ponderar na reestruturação das vinhas, não só na vertente das suas características vitícolas e enológicas como também relativamente a serem ou não [castas recomendadas](#) para as DO Porto e/ou Douro ou para a IG Duriense, bem como a sua pontuação para a DO Porto.

A densidade de plantação

Na RDD as vinhas tradicionais possuem densidades de plantação que vão desde as cerca de 3000 videiras por hectare, nos socalcos pré-filoxéricos, às cerca de 6500 videiras por hectare no sistema pós filoxérico.

Com os novos sistemas de instalação da vinha a densidade de plantação depende sobretudo da inclinação do terreno, da largura dos patamares e da distância de plantação na linha.

Prevendo o [Estatuto das Denominações de Origem e da Indicação Geográfica da RDD](#) densidades mínimas a observar nas novas vinhas, de 4000 videiras por hectare com excepção das vinhas em patamares e em socalcos/terraços em que o limite mínimo pode ser de 3000 videiras por hectare, importa acautelar este parâmetro, escolhendo o sistema de instalação mais adaptado e variando a distância de plantação na linha em função da forma de condução da videira e da casta, até uma distância mínima aconselhável de 80 a 85 centímetros.

Aspectos legais / Administrativos:

Direitos de (re)plantação de vinha/DO Porto e Douro e IG Duriense

A vinha é uma cultura condicionada em Portugal e na União Europeia, não sendo permitida a sua plantação sem possuir um direito de (re)plantação válido.

Um viticultor que pretende reestruturar uma parcela de vinha legal deverá solicitar, junto da DRAPN, antes do arranque, um direito de replantação relativo à área de vinha a arrancar. Se pretender plantar vinha e não possuir vinha legal a arrancar poderá adquirir direitos de replantação de vinha a outro viticultor ou candidatar-se à atribuição de direitos de plantação da reserva nacional.

Ao solicitar/adquirir direitos de (re)plantação de vinha o viticultor deverá ter em atenção que o [Estatuto das Denominações de Origem e da Indicação Geográfica da RDD](#) não confere direito de acesso à Denominação de Origem Controlada (DO) Porto a vinhas plantadas com alguns tipos de direitos de (re)plantação, como sejam, os direitos adquiridos fora da RDD, os atribuídos pela reserva de direitos ou aqueles que tiveram origem em algumas vinhas legalizadas após a sua plantação. As vinhas plantadas ao abrigo destes direitos apenas terão acesso à DO Douro e à IG Duriense.

Após a plantação das novas vinhas o viticultor deverá comunicar a sua plantação junto da DRAPN, indicando os direitos de (re)plantação utilizados.

Ao reestruturar a vinha na RDD o viticultor deverá ainda ponderar vários aspectos relacionados com as DO Porto e Douro ou com a Indicação Geográfica (IG) Duriense, cujo controlo, certificação, promoção e defesa é missão do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP).

Será importante, para uma intervenção segura, conhecer o [Estatuto das Denominações de Origem e da Indicação Geográfica da RDD](#) bem como os direitos e obrigações dos viticultores aí estipulados.

Segundo o [Estatuto das Denominações de Origem e da Indicação Geográfica da RDD](#), as novas vinhas apenas poderão ter acesso às DO na quarta vindima, sendo no entanto permitido manter o direito à DO Porto sempre que a área reestruturada não ultrapasse 40% da área da exploração, mediante pedido efectuado ao IVDP.

Todas as alterações à exploração vitícola deverão ser comunicadas ao IVDP, devendo o viticultor solicitar vistoria para o registo e classificação das novas vinhas para efeito de atribuição das DO Porto e Douro e/ou da IG Duriense.

De notar que o [Regulamento da classificação das parcelas com cultura de vinha para a produção de vinho susceptível de obtenção da denominação de origem Porto](#) atribui uma pontuação traduzida por letras de A a I, sendo que apenas de A a F têm direito a uma autorização de produção de mosto generoso (DO Porto), com um volume por hectare de decrescente, tendo por base vários factores como a localização, a altitude, exposição da parcela, a inclinação, o abrigo, a natureza do terreno, as castas, a pedregosidade do terreno, a idade da vinha, a produtividade, o compasso e a armação, sendo esta classificação recalculada para as novas vinhas em função destes parâmetros.

Um aspecto de grande utilidade é a definição de parcela de vinha, referida no [Estatuto das Denominações de Origem e da Indicação Geográfica da RDD](#) como uma porção contínua de terreno ocupada com a cultura da vinha, submetida a uma gestão única e que constitui uma entidade distinta tendo em conta:

- a) A homogeneidade quanto ao modo de exploração, ao modo de condução, à categoria de utilização, à idade de plantação, ao modo de armação do terreno e à irrigação, não podendo os seus limites transpor limites administrativos, acidentes topográficos, rios, estradas ou caminhos públicos;
- b) A homogeneidade quanto ao tipo de cultura, salvaguardando -se a existência de árvores em bordadura e nas bordaduras dos caminhos no interior da parcela, considerando-se parcela de vinha consociada a que contiver mais de 40 árvores dispersas por hectare no interior da parcela;
- c) Que o contorno exterior da parcela é fixado de modo a incluir, sem prejuízo do disposto na alínea anterior, a partir da extremidade das linhas de videiras, uma faixa periférica com largura equivalente a metade da largura da entrelinha até ao limite físico do terreno;
- d) Que são excluídas as superfícies sem cepas existentes no interior daquele contorno, quando a menor das suas dimensões, incluindo a faixa periférica definida nos moldes referidos na alínea anterior, for, em média, superior a 4 m, utilizando -se, para efeitos da sua delimitação, o critério ali utilizado.

A área da parcela é a que resulta da sua medição efectuada na projecção horizontal.

Plano de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro / Reserva Ecológica Nacional

Tendo sido o Alto Douro Vinhateiro classificado pela UNESCO, em 2001, como património mundial, Paisagem cultural evolutiva e viva, Portugal e os durienses passaram a ter a responsabilidade da sua salvaguarda, devendo as intervenções dentro da área classificada (cerca de 10% da área da Região, junto às margens do Douro e seus afluentes) obedecer às regras definidas no [Plano de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro](#) (PIOT-ADV)

Estas intervenções necessitam de autorização da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte CCDR-N, após parecer da DRAPN, e genericamente as intervenções devem obedecer aos seguintes requisitos:

- Não obstruir ou destruir as linhas de drenagem natural;
- Não implicar a alteração da morfologia das margens dos cursos de água bem como a sua vegetação;
- As plantações em encostas com inclinação superior a 50% são interditas, salvo se a parcela já tiver vinha ou outras culturas permanentes ou ainda com mortórios, caso em que poderá ser efectuada em micro-patamares;
- Em áreas superiores a 5 hectares, com declive superior a 20%, deve ser apresentado um estudo do sistema de drenagem, de acordo com a armação do terreno;
- Não destruir os valores vernáculos como muros em pedra, edifícios vernáculos, calçadas em pedra e mortórios, bem como os núcleos de vegetação arbórea;

- Para encostas com declive entre 40 e 50% as novas vinhas poderão ser efectuadas em patamares estreitos de uma linha ou em micro-patamares;
- A plantação de vinhas “ao alto” só pode ser efectuada em encostas com declive inicial inferior a 30%, salvo situações excepcionais;
- As plantações em parcelas já ocupadas com vinha, olival ou amendoal com muros, ou ainda com mortórios, têm que ser feitas em patamares estreitos ou micro-patamares, mantendo os muros de suporte em pedra.

Acresce que a maior parte dos terrenos da RDD estão integrados na [Reserva Ecológica Nacional](#) (REN), pelo que também a maior parte das intervenções fora da área classificada como património mundial necessitam de autorização da CCDR-N.

Face ao exposto o viticultor poderá verificar que planejar e executar a plantação ou **reestruturação de uma vinha na Região Demarcada do Douro** requer uma adequada ponderação, **planeamento e acompanhamento**, pois só assim poderão ser plenamente alcançados os objectivos definidos, de forma que a nova vinha seja mais competitiva e ambientalmente sustentável.

Este documento não dispensa a consulta da legislação em vigor.

Mais informações em:

www.drapn.min-agricultura.pt
www.ivv.min-agricultura.pt
www.ivdp.min-agricultura.pt
www.ccdrn.pt

Peso da Régua, 09 de Novembro de 2009